

Génese e Dissolução de um Conflito

Fátima Monteiro*

Tudo indica que o desaparecimento de Jonas Savimbi constitui o epílogo de uma das heranças mais sangrentas da colonização e da Guerra Fria, a guerra civil angolana. Nesse sentido apontam as reacções vindas de ambas as partes do conflito. Por um lado, a hesitação da UNI-

TA na escolha ao rubro de um substituto para Savimbi, o que aponta não só para a desorientação e para um render-se à evidência da derrota militar da organização, como também, e talvez mais importante, para a “descompressão” dos colaboradores mais directos de Savimbi perante a morte dum líder intimidante. Por outro lado, a iniciativa da sus-

pensão de todas as “movimentações ofensivas” por parte do governo de José Eduardo dos Santos, quando este afirmara, há poucas semanas, durante a sua visita a Washington, não ter a intenção de o fazer antes da UNITA.

Como Holden Roberto, em particular, e Agostinho Neto (seguido por José Eduardo dos Santos), em menor grau, seus adversários históricos na disputa pelo poder pós-colonial em Angola, Jonas Savimbi não foi capaz, por desmedida ambição pessoal ou precária visão, de conciliar os seus interesses enquanto líder nacionalista anti-colonial com os interesses do

* Investigadora Associada, IIEEI

Estado-nação angolano que nasceria a 11 de Novembro de 1975. De facto, nada indicava, nessa data simbólica, ou durante a década de luta armada que a precedeu, que os líderes dos três movimentos responsáveis pelo colapso do império português em Angola conseguissem ultrapassar a beligerância mútua e lançar-se genuinamente num processo de reconciliação e edificação nacional. O resultado foi um adiamento tão prolongado e brutal dessa possibilidade, que será de se perguntar se o cidadão angolano do futuro poderá alguma vez vir a sentir-se identificado com a génese do seu Estado-nação independente.

Desencontro de nações e de nacionalismos

Em Angola têm início, com é sabido, as primeiras expressões organizadas de nacionalismo africano no contexto das ex-colónias portuguesas, revestindo-se estas tanto dum cariz político, como étnico-religioso e cultural. De cariz político foram, por exemplo, as tentativas de revitalização dos antigos reinos africanos regionais, cujo caso mais conhecido é o do Reino do Congo, no Norte de Angola. Sob um ponto de vista religioso, desenvolvem-se ao longo da primeira metade do século XX múltiplas manifestações de sincretismo cristão-africano com um claro perfil de resistência ao poder colonial. Estas expressões vão sendo tão prontamente combatidas quanto mais evidente é o seu conteúdo político. Com a emergência da guerrilha, a repressão policial intensifica-se e muitos são os que fogem para o Congo Belga e zonas frontei-

riças no Norte e Nordeste de Angola, ou ainda para o planalto do Kátanga, Moxico e zonas de fronteira com a ex-Rodésia.

A origem étnica e condição sócio-económica das populações serão

À excepção do caso de Cabinda, o espectro da fragmentação territorial de Angola em linhas étnicas parece hoje mais irreal do que nunca. Determinante é o afastamento definitivo da cena política das lideranças bélicas.

factores determinantes no desenvolvimento tripolar do nacionalismo angolano. O MPLA, o mais celético dos três movimentos, formar-se-á a partir da pequena elite mestiça e aculturada de Luanda, e terá como base popular o grupo Mbundu, mais amplamente exposto à cultura ocidental do que o resto dos seus congéneres. A UPNA/UPA/FNLA e a UNITA, ao contrário, terão como base de apoio, respectivamente, as etnias Bakongo e Ovimbundu, de constituição camponesa e culturalmente mais ligados às práticas tradicionais africanas. Às divisões étnicas, económicas e culturais destes três grupos, não pouco exacerbadas pela colonização, acrescentar-se-ão ainda as divisões impostas pelas alianças que cada uma das suas lideranças vai forjando ao longo duma luta armada conduzida no contexto da Guerra Fria.

Na sua maioria, os fundadores do MPLA completaram o ensino secundário, e vários prosseguiram estudos superiores na ex-metrópole colonial. Como é sabido, Agostinho Neto cursou medicina em Coimbra e Lisboa, e Mário Pinto de Andrade iniciou filologia românica na Universidade de Lisboa, transferindo-se mais tarde, durante o seu exílio em França, para estudos sociológicos na

Sorbone e na École Pratique des Hautes Études. Revelador das tendências ideológicas do MPLA desde a fase inicial do seu activismo, quer no interior de Angola, quer já no exílio, é a divulgação, em 1962, pela publicação soviética *Africa Today*, de que a organização fora criada em 1955 sob o impulso do Partido Comunista Angolano (PCA), em colaboração com o Partido da Luta dos Africanos de Angola (PLUA). Subsequentemente

Mário de Andrade desmentiria parcialmente a informação, afirmando na revista *Présence Africaine* que o movimento se formara em 1956, numa altura em que circulava em Luanda um manifesto, subscrito pelo PLUA e outras forças políticas de Angola, apelando à criação duma ampla frente angolana de libertação nacional. O “desmentido” de Mário de Andrade, que prevaleceu como versão oficial, seria visto como indicativo duma simples opção estratégica por parte do MPLA num período em que a associação declarada ao comunismo não deixaria de condicionar o apoio internacional ao movimento.

A segunda movimentação anti-colonial angolana de projecção, na base da futura FNLA, deu origem a um nacionalismo de tipo muito diverso do MPLA. Além de assentar numa cultura rural camponesa, o nacionalismo Bakongo foi sustentado, particularmente na sua fase inicial, pelo desejo de recuperação de modos de organização sócio-política e modelos de autoridade enraizados na sociedade africana pré-colonial. Na área de São Salvador, próximo ao Congo belga, a resistência Bakongo que precede a fundação do FNLA e a liderança de Holden Roberto centrou-se em múltiplos



Alvor (1975), primeira tentativa falhada de pacificação do país. Vemos na primeira fila (a partir da esquerda) os principais protagonistas angolanos da independência: Agostinho Neto (segundo), que veio a ser o primeiro Presidente do novo Estado, Holden Roberto (quarto) e Jonas Savimbi (quinto).

tiplas tentativas de reposição da autoridade do rei do Congo. Ao mesmo tempo, a evangelização protestante, feita por pastores britânicos e americanos, era particularmente bem sucedida, perfazendo as populações Bakongo (15% da população angolana), já nos anos 1950, cerca de 35% dos protestantes de Angola. Ao facto não é alheia a oferta por representantes do grupo Bakongo, feita em 1955 através duma petição de protesto contra Portugal dirigida aos Estados Unidos e às Nações Unidas, de se manterem em oposição vigilante à implantação do comunismo em África.

A terceira formação nacionalista de maior expressão, liderada por Jonas Savimbi, a partir de 1964, com a criação da UNITA na sequência do seu rompimento com Holden Roberto e a FNLA, encontra-se entre os Ovimbundu, nação oriunda do Centro-Sul de Angola. Pelo seu isolamento geográfico no hinterland, os contornos da resistência Ovimbundu no período anterior à UNITA são relativamente menos conhecidos do que os dos grupos Mbundu e Bakongo. Originalmente constituída por pequenos reinos com pouca capacidade ou ambição hegemónica uns sobre os outros, a etnia Ovimbundu terá sofrido um dos impactos mais devastadores da escravatura sobre a

sua estrutura social e económica, com a agravante da colonização. A partir dos anos 20, a construção do caminho de ferro de Benguela acabaria por desmantelar o que restara dessa estrutura, ao forçar as populações a migrarem do Huambo e Bié, sua região de origem, para o Moxico e outras zonas mais ao Sul, indo aí formar pequenos conglomerados dispersos. Não é assim surpreendente, desde logo, a maior vulnerabilidade do povo Ovimbundu a uma liderança despótica, mesmo sendo numericamente superior. Constitui cerca de 35% da população angolana, o equivalente ao conjunto dos grupos Mbundu e Bakongo.

Um conflito de lideranças

Um balanço das tentativas de aproximação mútua realizadas a partir de 1975 em Angola, para não nos reportarmos ao período anterior à independência, por iniciativa directa das partes beligerantes ou através da mediação de terceiros, levamos a concluir que o caso angolano só encontrará paralelo, no âmbito da negociação e resolução de conflitos nacionais e internacionais, nos casos irlandês e palestino. O elevado número de declarações de intenção, protocolos e acordos tendo em vista

a cessação das hostilidades e relançamento dum diálogo para a paz atestam, por si só, a falta de vontade política e de boa fé das partes directamente interessadas. O que fará diferir, no entanto, o caso angolano dos casos irlandês e palestino será o factor liderança. O desaparecimento ou afastamento definitivo da cena política dos dirigentes das facções que se guerrearam ao longo de quatro décadas é determinante, particularmente quando percebemos que a cisão étnica e nacionalista em Angola é uma falsa questão. Nada indica que na ausência de lideranças bélicas os angolanos de origem Mbundu, Bakongo ou Ovimbundu prossigam uma política de hostilidade mútua. À excepção do caso de Cabinda, o espectro da fragmentação territorial de Angola instigada pelo ressentimento étnico parece-nos hoje, paradoxalmente, apesar dos esforços de alguns em provar o contrário, mais irreal do que nunca. A solução do problema angolano encontra-se, como se evidencia cada vez mais, na sociedade civil, em particular nas suas camadas mais jovens e instruídas, e no desaparecimento dos dinossauros. ▀

Obras de Referência

- Costa Pinto, António, *O Fim do Império Português*, Livros Horizonte, Lisboa, 2001.
- Gonçalves, José, *Angola a Fogo Intenso*, Edições Cotovia, Lisboa 1991.
- Henderson, Lawrence W., *Angola: Five Centuries of Conflict*, Cornell University Press, Ithaca and London, 1979.
- Mareum, John A., *The Angolan Revolution*, volumes I, II, The MIT Press, Cambridge-Massachusetts, and London, 1969, 1978.